

Christianne Evaristo de Araújo Custódia Selma Sena*

A represa Castanhão e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

RESUMO: Este artigo aborda os problemas sociais gerados pela construção da barragem do Castanhão, os discursos políticos que a legitimaram como parte de um projeto maior, local ou nacional e a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região atingida pelo barramento, no estado do Ceará.

Palavras-chave: Castanhão, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Transposição.

Dados sobre a barragem do Castanhão

A barragem do Castanhão, considerada um dos mais importantes empreendimentos do Dnocs, é também a maior barragem brasileira em rios intermitentes e veio a deslocar forçosamente cerca de quinze mil pessoas, 60% delas na área rural. Localiza-se no Médio Jaguaribe, a 253 km de Fortaleza, via BR-116. É delimitada pelos paralelos 5°25' e 5°45' ao sul, e pelos meridianos 38°25' e 38°50' a oeste, a 5,7 km do povoado Castanhão, na região denominada Boqueirão do Cunha.

A bacia hidrográfica do Jaguaribe ocupa 51% do território do Ceará, assim sendo, o Jaguaribe com 470 km de extensão (excluindo-se as bacias dos seus principais afluentes, o rio Salgado e o rio Banabuiu), é o principal curso d'água desse estado, onde também se encontra a barragem de Orós, inaugurada em 1960,

medindo três vezes menos o tamanho do Castanhão, e a responsável pela perenização de 400 km desse rio. O vale do Jaguaribe é uma importante ilha de umidade do Nordeste semi-árido, um enclave natural tradicionalmente utilizado pelos ribeirinhos para produção de culturas de ciclo curto nas suas vazantes. Para a população deslocada pela barragem do Castanhão, a agricultura de vazante representava, depois da agropecuária, a segunda mais importante atividade econômica, quase toda voltava para auto-reprodução.

O Dnocs divulgava como planimetria da barragem a área de 228,79 km¹ na cota 100m¹, porém, em 1992, admitiu um erro de cálculo de 99,21 km², quando a barragem passou oficialmente a possuir 328 km² na cota 100 m. Essa alteração implicou que a vazão regularizada do Castanhão, antes calculada para 12,35 m³/s viria a ser menor por conta da área de perda por evaporação que ultrapassou a capacidade de acumulação do rio. Para efeito de comparação do volume de perda, o açude Banabuiú no Ceará, tem vazão regularizada de 11 m³/s, com espelho d'água de 60 km² (BORGES, 1999). É importante ressaltar que esse equívoco técnico colocou em questão praticamente todos os outros dados antes dimensionados para o complexo Castanhão, como, por exemplo, o número de pessoas atingidas e a indenizar, uma vez que a área impactada era bem maior que a anterior trabalhada tecnicamente e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Castanhão, de 1990, baseava-se na planimetragem inicial. O número estimado de pessoas impactadas pelo projeto é de cerca de 2.250 famílias na área rural e 1.500 famílias na área urbana.

A responsabilidade financeira do Castanhão é dividida entre o governo federal, por meio do Dnocs, respondendo por 71% do valor total do empreendimento Castanhão, e o governo do estado do Ceará, responsável por 29% do total do projeto, sobretudo no que se refere aos reassentamento populacional (CEARÁ, 2000). A construtora responsável pela obra da barragem é a Andrade Gutierrez S/A.

Contextualização política do Castanhão

A barragem do Castanhão foi primeiramente projetada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (Dnos), órgão federal com sede no Rio de Janeiro, que também realizou estudos na década de 1980, para a transposição das águas do rio São Francisco. Com o Dnos extinto, em 1990, pelo presidente Fernando Collor de Melo, o projeto passou a ser de responsabilidade direta do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs),² atualmente, vinculado ao Ministério da Integração Nacional (MI), criado em 1999.

¹ Cota é a nomenclatura usada para se referir à altitude em relação ao nível do mar, por exemplo, de uma barragem ou lago.

² Depois da experiência do açude do Cedro, em Quixadá (CE), no final do século XIX, iniciou-se a implementação do atual Dnocs, nos idos de 1909, quando o presidente da República, Nilo Peçanha, confiou a execução das obras contra as secas a uma Divisão Especial do Ministério da Aviação e Obras Públicas denominada Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs). Ainda em 1913, chegou a realizar o mapa de um canal interligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe (MI et al., 2004). Em 1919, passou essa instituição a chamar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e finalmente, Dnocs, em 1945. Contabilizando todos esses períodos, o Dnocs completará, em 2009, cem anos.

Próximo ao período em que o Dnocs assumiu o projeto Castanhão, um documento divulgava dados representativos sobre um acúmulo de experiências desse órgão com a política de açudagem. Até o ano de 1989, o Dnocs já havia sido responsável pela construção de 536 barragens que totalizavam uma capacidade de 9.028.032 m³, e somente no estado do Ceará, a construção de 72 barragens, que correspondiam a uma capacidade de 7.856.174 m³ (DNOCS, 1990). De fato, o Dnocs possui uma relação bastante estreita com o estado do Ceará, onde iniciou as suas primeiras grandes obras e onde se situa a sede do órgão.

Segundo Silveira (2000), o Dnocs foi comandado em grande medida pela oligarquia algodoeira-pecuária cearense. As obras de barragem eram executadas em propriedades particulares, e em relação à perfuração de poços, há poucos registros de que tenham tido serventia pública, com exceção de algumas cidades. Com o atraso dos recursos, o setor público negociava com fazendeiros e comerciantes que forneciam produtos a preços altos. No recrutamento de pessoas para trabalhar nas frentes de emergências, eram dadas prioridades a potenciais eleitores de interesse do grupo dominante, e a mão-de-obra era canalizada para a construção de barragens e estradas em propriedades privadas. O pagamento aos trabalhadores, geralmente, era realizado em troca de alimentos.

Neves (2002) observa que muitas das frentes de trabalho para construção de açudes tinham mais o papel de controle de migração para que retirantes não chegassem às capitais³, e de instrumento de manobra política para o alistamento dos trabalhadores - pois aí se faziam as trocas de favores e lealdades - do que para se efetivar de fato as obras, como bem ficaram conhecidos os *açudes sorrisal*, que logo na primeira chuva se desfaziam. O conjunto de políticas públicas altamente centradas em questões técnicas voltadas para as obras de açudagem foi denominado políticas de *solução hidráulica*. Tais processos característicos da indústria da seca também se evidenciavam na disputa entre a elite político-econômica para controle de instituições públicas diretamente relacionadas à seca, como, por exemplo, o Dnocs, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, e, posteriormente, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1958.⁴

Ab'Sáber (1998) comenta que as estratégias para segurar os homens nos sertões como a grande açudagem, a pequena açudagem, as frentes de trabalho e os trabalhos remunerados pelo governo em propriedades particulares desdobraram-se em resultados que não atingiam a base de uma pirâmide desigual: “Mesmo porque sempre houve alguém que, criminosamente, soube aproveitar-se das soluções intentadas, em seu próprio favor. Sem comentários...” (p. 43).

³ A irregularidade das chuvas foi internalizada pelo poder público como um *flagelo* que periodicamente açoita a sociedade cearense, motivo pelo qual, a partir de 1915, os retirantes foram chamados de *flagelados*. Nesse período, foram criados, como políticas higienistas, os *campos de concentração*, em Fortaleza, espaços cercados por arame farpado nos quais ficavam presos os retirantes vindos do sertão e que chegaram a conter mais de 8 mil pessoas. Nesse ambiente, com indivíduos naturalmente enfraquecidos pelas adversidades da seca e do descaso público, as doenças rapidamente disseminavam-se, matando milhares de pessoas cujos corpos eram empilhados ao lado dos campos, à espera dos carregadores que os levassem às valas comuns, o que o famoso higienista da época, Rodolfo Teófilo, chamou de campo santo e cemitério de crianças. Na seca de 1932, o modelo dos campos de concentração foi ampliado, instalando-se estrategicamente sete deles nas principais rotas migratórias, sendo dois em Fortaleza e os demais no Crato, Quixeramobim, Ipu, Senador Pompeu, Cariús, que chegaram a concentrar 90 mil retirantes. Todos os campos estavam próximos às obras públicas, como no caso de Senador Pompeu, instalado no canteiro de obras da

barragem do Patu, no qual também se registraram mais de mil mortes. As disciplinas eram rígidas, com horários fixos para utilização do banheiro e da higiene pessoal, vacinação e rigidez no cumprimento das tarefas de trabalho (NEVES, 2002; RIOS, 2001).

⁴ O Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, da Sudene, teve como principal ação, de 1998 a 1999, a abertura de frentes de trabalho ou frentes produtivas, prevendo atender 50% das famílias residentes nas áreas atingidas pelas secas; nas frentes incluem-se obras e serviços nas áreas de recursos hídricos e saneamento básico. O carro-pipa, símbolo da emergência da seca, ainda é presente nas ações desse programa junto com a implantação de poços tamponados e tubulares, recuperação de poços e implantação de dessalinizadores nas regiões afetadas. As intervenções nas áreas de educação e saúde denunciam um estado de abandono já que deveriam ter desenvolvimento contínuo e de longo prazo (GOMES, 2001).

⁵ Segundo Furtado (2005) havia também a promessa de irrigação de 40 mil hectares às margens do Canal do Trabalhador, porém ela efetivamente restringe-se a apenas uma área de

Dessa forma, o empreendimento Castanhão desenvolveu-se em períodos históricos marcados pela retórica da *solução hidráulica* no combate à seca e pelo espírito da modernização do estado do Ceará, com a intensificação da implantação de projetos desenvolvimentistas após o governo de Adauto Bezerra, quando entrou em cena o jovem empresário, governador Tasso Jereissati, em 1986, e depois, seu sucessor e aliado Ciro Gomes, filho do ex-prefeito de Sobral (CE), que veio por duas vezes a ser reeleito governador (1994 e 1998). Sua gestão foi denominada *o governo das mudanças*. Godim (2002) diz que o *marketing* do governo das mudanças (1987-1994) fez uso intensivo da mídia, apoiando a realização da novela Tropicaliente, da Rede Globo, em 1994, sob condição da divulgação de um Ceará com infra-estrutura turística, modernidade e indústrias. A autora considera esse governo marcado pelo autoritarismo na realização de grandes obras públicas, como a construção do Canal do Trabalhador (115 km), em 1993, para adução da água do rio Jaguaribe ao açude Pacajus, consagrando publicamente esse feito como ato heróico (*a obra do século*), uma vez que se alardeava constantemente nos meios de comunicação a iminência de colapso hídrico em Fortaleza. Esta propalada urgência fez com que o canal custasse 48 milhões de dólares, sem a ocorrência de licitações públicas, e a obra ficou pronta em três meses.⁵

Um dos motivos que impulsionou a construção da barragem do Castanhão foi o fato de ter sido sua utilização vinculada a um futuro *reservatório pulmão* ou *caixa de passagem* da transposição de águas do rio São Francisco, do qual sairia um canal adutor até Fortaleza. Todavia, essa justificativa expressa os interesses de uma pequena elite política cearense e grande parte da população local atingida pela barragem até hoje desconhece tais intentos, em razão principalmente de outros muito mais midiáticos.⁶ Não obstante, mesmo que de forma muito resumida, sem explicações pormenorizadas, o Rima do Castanhão chegou a relatar:

Na verdade, a obra se insere num programa mais amplo, envolvendo a transposição de água da bacia do rio São Francisco, razão pela qual, mais adiante, o açude continuará aduzindo água ao longo do rio Jaguaribe, mas igualmente, aduzirá para outras bacias (DNOCS: SIRAC, 1990, p. 6.17, grifos nossos).

Porém, como parte do programa mais amplo referido à transposição do rio São Francisco, revelam-se outras intenções político-econômicas do complexo Castanhão, pois, da barragem o canal adutor Eixo de Integração (em término de construção) de 270 km, conecta-se em uma de suas pontas finais – outra

ponta estará na Região Metropolitana de Fortaleza – ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no litoral Oeste do Ceará, cujo Plano Piloto aponta o uso e ocupação de uma área de 320 km². Integrando a constituição do Complexo Industrial, e como chamariz para os investidores internacionais, há o Gasoduto da Petrobrás, Guamaré-Pecém (Gasfor), inaugurado em 2002, interligando o Rio Grande do Norte ao Ceará para o transporte de 2,8 milhões de metros cúbicos de gás natural que irão abastecer tanto a Usina Termelétrica Senador Carlos Jereissati (Termo Ceará), com potência de 216 MW, isto é, 20% do atual consumo do Ceará, quanto a Usina Siderúrgica do Ceará (USC) ou Ceará Steel que produzirá chapas de aço. Os maiores acionistas da Ceará Steel, com um investimento de 754 milhões de dólares, são a Dongkuk, da Coreia do Sul com 38%, seguido da Danieli, da Itália com 20%, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com 20% e a Vale do Rio Doce com 9% das ações. A previsão de funcionamento é para 2009, quando a usina deverá consumir 1,7 m³/s de água, equivalente ao consumo urbano de um 1,7 milhão de pessoas. O porto foi inaugurado em março de 2002, com uma ponte de acesso, dois *piers* de atracação e um quebra-mar de proteção. Sua construção também deslocou forçosamente dezenas de famílias de uma vila de pescadores.

De uma perspectiva conjunta da *transposição do rio São Francisco-barragem do Castanhão-Eixo de Integração-Complexo Industrial e Portuário do Pecém* ressalta-se que esses projetos já representaram uma enorme dívida social acumulada em razão dos deslocamentos forçados, das indenizações inapropriadas e/ou não realizadas, da modificação nos modos de vida das populações e de seus ambientes, e do que já foi disponibilizado e comprometido pelos cofres públicos.⁷

Por outro lado, é interessante notar, que esse conjunto de empreendimentos – aqui, interpretado como de incalculável dívida social – vem sendo freqüentemente mostrado na grande mídia e nos espaços públicos como vantagens sociais. O projeto de transposição do rio São Francisco, oficialmente denominado Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, relata, por meio do seu Rima (MI et al., 2004), que outras obras já foram previamente desenvolvidas para esta finalidade, como a construção de grandes barragens: Santa Cruz (rio Apodi, no Rio Grande do Norte), Acauã (rio Paraíba, no estado de mesmo topônimo) e Castanhão (rio Jaguaribe, no Ceará), recentemente terminadas. Nessa esfera, ainda se apresenta a construção do Eixo de Integração, interligando a barragem do Castanhão às bacias metropolitanas de Fortaleza. Curiosamente, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém não é mencionado nesse documento.

cajueiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em localidades a menos de 1 km do canal, como o assentamento Fazenda do Murici, de 1996, a água é bombeada para um tanque, mas não existe nas torneiras das casas, e no Assentamento Nova Esperança, de 2002, a água é retirada do canal e transportada por meio de carroças ou em baldes carregados individualmente. Disponível em <<http://risf.ana.gov.br/detalhenoticias.asp>>. Acesso em: 29 ago. 2006.

⁷Consta de forma destacada bem como em materiais de divulgação do Dnocs, que os benefícios da barragem são múltiplos: garantia de água para o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza; controle das enchentes do Baixo Jaguaribe; irrigação de 43 mil hectares de terras férteis do Chapadão do Castanhão e da Chapada do Apodi (CE); controle de cheias do Baixo Jaguaribe; produção de 3.800 ton/ano de pescado; instalação de usina hidrelétrica capaz de gerar 22,5 MW; criação de um pólo turístico para atender a população dos municípios circunvizinhos. Sobre esses dados há enormes contestações, dentre elas, o frágil desenvolvimento da produção de pescados basicamente em um só reassentamento o

Curupati Peixe, onde há uma fila cadastral enorme de atingidos aguardando poder participar desse projeto que jamais chegou perto de atingir sua meta de 800 reais por mês para cada família como muito divulgado nos jornais estaduais. Todavia, um outro projeto de piscicultura junto à prefeitura de Alto Santo, com recursos do Dnocs, possui mais da metade dos trabalhadores oriundos de fora do estado do Ceará. Porém, mais grave é o fato de todos os demais atingidos ribeirinhos não poderem, como era de costume, realizar a pesca, pois com a barragem há a necessidade de um barco para essa atividade, e raro são os que podem adquirir um. E, sobre a criação de um pólo turístico, ainda inexistem práticas planejadas a serem consideradas para geração de renda. Em 2004, alguns adolescentes trabalharam de guias-mirim na parede da barragem do Castanhão e um deles relatou ter recebido dos visitantes, em um final de semana, cinco reais, sendo que a alimentação e água era por conta deles, não podiam usar boné mesmo com o forte sol e durante o treinamento a prefeitura local orientou-os para falarem *coisas boas* da barragem. Esse programa durou cerca de seis meses.

Ademais, deve o Estado melhor esclarecer sobre as barragens a serem construídas no Projeto de Integração do Rio São Francisco. No Rima deste (MI et al. 2004), as barragens são referidas como *pequenos reservatórios*, sem que haja especificações de suas dimensões e mesmo quantidades, quando ora o documento menciona o número total de 26 reservatórios (p. 37) ora, de 24 (p. 40). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deste projeto divulga que a área total de todos esses reservatórios equivale a 77 km² (dado não expresso no Rima), uma área relativamente pequena se comparada à área das barragens e canais já criados politicamente para a transposição, e se comparada à própria área do canal e seus limites de desapropriação (3.750km²) que, de fato, preocupam pela significativa parcela populacional que a transposição deslocaria forçosamente.

Atualmente, o Projeto de Integração tem sido o carro-chefe da política do Ministério da Integração Nacional (MI), cuja maior parte da gestão, no governo Lula, esteve a cargo de Ciro Gomes. O projeto prevê dois canais ou eixos, o menor a leste, para levar água a Pernambuco e Paraíba, e o maior na direção norte, para atender ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. Para o eixo leste, a captação ocorrerá nas imediações da barragem de Itaparica (PE), e para o eixo norte, nas imediações da cidade de Cabrobó (PE). O projeto encontra resistência de inúmeras ONGs e movimentos sociais, dentre eles o MAB, que esteve presente no ato reivindicatório contra a transposição do rio São Francisco, durante o qual o bispo Luiz Flávio Cappio, da diocese de Barra (BA), fez 11 dias de greve de fome, iniciada no dia 26 de setembro, dia do nascimento de São Francisco. Calcula-se que mais de 1.200 pessoas de 60 organizações juntaram-se ao protesto do bispo, e militantes do MAB do estado do Ceará também estiveram presentes.

Barragem para abastecimento de água e para fins energéticos

Grande parte dos membros do MAB é oriunda de áreas de barragens para geração de energia hidrelétrica, por isso, muito do esforço do movimento refere-se, visivelmente, a esse tema. Todavia há um consenso que tanto as grandes barragens para abastecimento hídrico quanto para geração de energia são indissociáveis do mesmo processo político e econômico de opressão sobre as populações atingidas. Nesse sentido, ainda que a militância do MAB no estado do Ceará, não seja afetada por barragens para geração de energia hidrelétrica, compreende que problemas relativos à política energética devem ser também discutidos.⁸ Sobre as diferenças e semelhanças de barragens com finalidades distintas, um militante declarou:

É diferente [o Castanhão] por não ser a barragem para energia, mas o tratamento com o povo atingido é o mesmo, todo o povo está perdendo as terras. Na concepção do modelo, o tratamento não há diferença de barragem para hidrelétrica ou para abastecimento, o problema é o mesmo. Em Acauã [barragem na Paraíba], hoje, quem fica com a água? As pessoas vivem ao lado do lago mas estão indo aos poços disputar água com o gado. A finalidade da água não é para o povo. Simbolicamente, na sociedade, o lago é para água e água é para o povo. Isso é um tabu e um desafio para o próprio movimento resolver (dados de entrevista, militante do MAB, 34 anos).

Por sua vez, na sua expressão nacional, o movimento gera debates sobre as barragens para abastecimento humano, irrigação e indústria – mesmo que tais debates careçam ainda de maior profundidade teórica, como reconhecido pelo próprio MAB, e pela militância do Nordeste, no Ceará, Paraíba e Sergipe.⁹

Os militantes percebem que faltam pesquisas e publicações sobre os atingidos situados no semi-árido para subsidiar as reuniões de estudo locais, os cursos de formação de militância nacional, encontros do coletivo de educação e outros eventos de modo geral. Discutem, atualmente, a necessidade de aprofundamento do significado de ser atingido por barragem para abastecimento hídrico, no Nordeste, em regiões semi-áridas, onde há um conjunto de especificidades. Debatem também a carência de maiores discussões sobre as macro-políticas governamentais que podem comprometer suas vidas, como a questão da transposição do rio São Francisco. Tais discussões já estão em andamento e enriquecem o sentido político do movimento.

A Associação de Moradores de Jaguaribara e as primeiras relações com o MAB

As primeiras reuniões voltadas para a comunidade sobre a barragem do Castanhão foram organizadas, no município de Jaguaribara, pela Igreja Católica local através da Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria, que já desenvolvia diversos outros trabalhos na região desde 1979. Em 1985, um pequeno grupo da comunidade visitou a barragem de Sobradinho (BA/PE), entrando em contato com Dom José Rodrigues, em Juazeiro da Bahia, que já havia acompanhado as conseqüências sociais do deslocamento forçado de 72 mil pessoas. Mais tarde, em 1987, membros da comunidade de Jaguaribara também efetivaram visitas à barragem de Itaparica, em Petrolândia

⁷ Estima-se que os investimentos da União e do governo do estado do Ceará com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com o canal adutor Eixo de Integração e com a barragem do Castanhão, atingem cerca de 1,2 bilhão de reais. Caso a transposição do São Francisco aconteça, calculam-se investimentos em torno de 4,5 bilhões de reais. Os dados financeiros podem ser verificados em algumas páginas da internet: <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/micias?id=1730>>(acesso: 12/08/2006); <<http://www.cearaportos.ce.br/complexo.asp>>(acesso: 12/06/2006).

⁸ Um exemplo é a Marcha Água e Energia, Soberania ao Povo Brasileiro apresentada adiante.

⁹ Na Paraíba, a barragem na qual o MAB tem organização chama-se Acauã, e em Sergipe, Poxim-Mirim e Poxim-Açu, ambas em construção. No Ceará, além dos atingidos pela barragem do Castanhão, atingidos de outras barragens também fazem parte do movimento como na barragem em construção, Figueiredo, na Sub-bacia do rio Salgado, pertencente à bacia do rio Jaguaribe e na barragem de Aracoiaba, no município de mesmo nome.

(PE), responsável pelo deslocamento de 40 mil pessoas. Nessa oportunidade, houve trocas de experiência com representantes do Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, que, em 1990 e 1993, chegaram a visitar Jaguaribara (IMOPEC, 1995). Com a iminência da construção da barragem, percebeu-se a necessidade de uma pessoa jurídica para representar os interesses dos atingidos do Castanhão e, dessa forma, em 1989, veio a surgir a Associação de Moradores de Jaguaribara (AMJ). Dentre suas atividades, houve a coordenação de reuniões em Jaguaribara, com até mais de cem pessoas, organização de grupos da comunidade para participar de audiências públicas em Fortaleza e, ainda, acompanhamento do cadastro das famílias necessário para o pagamento de indenizações de responsabilidade do governo.

O momento histórico de formação dessa associação também foi marcado pela inédita manifestação de encontros regionais, no Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país, para tratar de comunidades impactadas por barragens como preparativos para um evento maior, ocorrido no mesmo ano de 1989, o Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Em 1991, ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, momento da institucionalização do MAB, e nele também estava presente a Associação de Moradores de Jaguaribara (AMJ), que continuou a participar de diversos outros encontros do MAB.

Um cronograma anual das atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores de Jaguaribara demonstra o quanto o MAB esteve próximo no apoio a essa organização.¹⁰ A seguinte declaração proferida por Irmã Bernadete Neves, da AMJ, também assinala aspectos dessa conexão:

Fazemos parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, tanto a nível de região como a nível nacional. Já participamos de encontro com os atingidos de todo o Brasil, em Brasília. Essa articulação amplia muito o nosso horizonte (IMOPEC, 1995, p. 29).

No momento da formação do MAB nacional, foram congregados a ele diversos movimentos sociais de atingidos por barragens que existiam no país de modo segmentado, e logo muitos passaram por um processo de auto-identificação com o MAB, e como consequência, também foram reconhecidos coletivamente como MAB, adotando certas metodologias organizativas, como a do enfrentamento político. No entanto, é preciso esclarecer que o fato de uma organização ser apoiada pelo MAB não implica que ela seja ou deva ser transformada em MAB. Como exemplo, cito a Associação de Moradores de Jaguaribara, apoiada pelo MAB, e que mantém sua autonomia como organização social.

¹⁰ Destaca-se como um ponto de interseção inicial da comunidade de Jaguaribara com o MAB a participação de atingidos do município nos seguintes eventos: I Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em fevereiro de 1989, em Igarassu (PE); no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em março de 1989, em Goiânia; no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1991; no II Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em Iguatu (CE), em 1994, e no Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, em Curitiba.

A inserção do MAB no Castanhão

O MAB surgiu como movimento social atuante na comunidade do Castanhão, nos idos de 1998, quando ainda grande parte dos reassentamentos rurais não existia, apesar do alto percentual de atingidos de áreas rurais (cerca de 60%). Nesse período, a mobilização popular desses grupos encontrava-se praticamente nula, sobretudo considerando-se os municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Jaguaratama. Assim, o empenho do MAB foi, primeiramente, ater-se às demandas sociais das áreas rurais de todos os quatro municípios afetados convergindo-os para um encaminhamento político.

Alguns moradores da área rural do Castanhão haviam participado de encontros do MAB fora do estado do Ceará, e a necessidade e vontade iniciais de que o MAB pudesse ter uma presença mais marcante no Castanhão foi expressa por eles. Nesse momento, discutiu-se bastante sobre as formas de atuação do governo para com os atingidos das áreas rurais, pois não havia planejamento coerente nos reassentamentos rurais, ao passo que a cidade de Nova Jaguaribara já estava, à época, praticamente concluída.

A atenção marginal aos atingidos da área rural foi assunto posto em debate pelos novos militantes, que constataavam como essa parcela da população permanecia adormecida politicamente, mesmo uma década depois de iniciado os trâmites legais para execução da barragem. Para alguns, não tinha sido construído um espaço adequado para a socialização de informações que poderiam ter fortalecido a resistência contra a própria construção da barragem, outros complementavam que grande parte do espaço de participação que se organizava, a exemplo do Grupo Multiparticipativo – agenciamento do Estado para comunicação “ativa” com a comunidade – e que deveria ser protagonizado sobretudo pelos atingidos, era prioritariamente ocupado pela elite política local ou mesmo por técnicos de fora da cidade, obstaculizando avanços políticos na participação da comunidade:

Eu participei algumas vezes de debates aí na Jaguaribara, em Fortaleza, em audiências públicas que se faziam. A gente via que tinha um grupo, engenheiros e outros que davam a sua contribuição, no sentido de oferecer uma alternativa ao Castanhão, mas a gente sentia uma grande distância. Algumas pessoas aqui da Jaguaribara participavam, políticos e instituições participavam, mas quando chegavam aqui não tinha aquela socialização do debate com a comunidade, com o povo, aí foram empurrando. Até que

em um dado momento, a gente foi se dando conta que precisava se organizar, no lugar de ficar discutindo essas coisas em geral e que não tinham encaminhamento nenhum (dados de entrevista, militante do MAB, 37 anos).

É cada vez mais comum que responsáveis por obras barrageiras, quer seja o Estado ou empresas privadas, estipulem formas de mediação participativa com a comunidade, porém, como não se trata de uma articulação endógena da comunidade, tal processo funciona, em geral, como palco de participação *espetacularizada* disputado, a rigor, pela elite governamental e econômica, momento em que a voz dos mais vulneráveis com a mudança de bases de auto-sustentação não encontra espaço profícuo de argumentação política. Não raro, são momentos utilizados para tramitar o mito da geração de emprego e do empreendedorismo, propondo a transformação de camponeses em irrigantes; de donas-de-casa em pequenas empresárias e de pescadores em piscicultores.

Andrioli (2004) esclarece que, em processos como estes, quando se inicia algum tipo de avanço social conquistado pelos atingidos, o feito é projetado de maneira ardilosa pelo poder dominante como tendo sido possibilitado por iniciativa do empreendimento. Nessa estratégia, não é posto em foco que se os reassentamentos e suas estruturas organizacionais existem, ou, se muitas indenizações são realizadas, isso se deve, principalmente à mobilização popular dos atingidos ao longo de vários anos.

No caso da barragem do Castanhão, a instituição do Grupo Multiparticipativo pelo Decreto n.º 23.752 de 18 de julho de 1995 pelo estado do Ceará aconteceu antes mesmo do início das obras do Castanhão. Sua representação é composta por um colegiado de representantes do governo federal, estadual e municipal, do poder legislativo, da sociedade civil e da secretaria executiva do grupo.¹¹ Silveira (2000) constata que no colegiado do Grupo havia apenas três moradores de Jaguaribara e que mesmo isto era divulgado como progresso democrático, utilizando-se a imagem de algumas lideranças locais na grande mídia.

O Grupo Multiparticipativo foi apelidado pela comunidade de Grupão. Usualmente, as reuniões aconteciam em um local de nome esquisito à população, no *showroom* da barragem, em Jaguaribara, onde poucos conseguiam chegar, por ser distante dos moradores da antiga e da Nova Jaguaribara. Para os demais atingidos de outros municípios, devido à área impactada da barragem ser bastante extensa, comparecer às reuniões implicava realizar percursos de até 80 km e, como não havia reembolso financeiro das despesas com transporte, a distância funcionava como um obstáculo para a participação da maioria.

¹¹ O mesmo modelo de “participação” está tendo continuidade em partes do conjunto político de obras públicas em que se incluem o Castanhão, como pode ser observado por meio da instituição do Grupo de Trabalho Multiparticipativo para o Acompanhamento do Planejamento, Implantação e Aproveitamento do Eixo de Integração da Bacia do Rio Jaguaribe e Bacias Metropolitanas, por meio do Decreto n.º 27.176/03, de 3 de setembro de 2003. Como já referido, o canal de 270 km levará água da barragem do Castanhão ao Porto do Pecém, no litoral oeste do Ceará e grande parcela do financiamento desse canal advém do Banco Mundial (CEARÁ, 2003).

A relação do MAB com o Grupo Multiparticipativo foi bastante conflituosa. O movimento articulava maneiras de pessoas da comunidade rural poderem participar do Grupo e serem inseridas como conselheiras. Estas práticas ofereceram maior visibilidade ao MAB na região, revelando um contraponto explícito que colidia com a metodologia de participação do Estado. Novos questionamentos eram gerados, conforme o depoimento que se segue:

E nós questionava e aí nós fomos. Nós iniciamos fazendo esse trabalho, dentro de comunidade a comunidade, comunidade a comunidade, então vamos fazer um debate: Então porque que de fato de tudo ocorre aqui no Castanhão e de nada nós participa? Então, nós puxamos, ampliamos o debate, aí nós fomos tendo um entendimento melhor do movimento, a gente foi conseguindo entender a nível geral e a nível local. Então nós puxamos esse debate nas comunidades, nós conseguimos de fato avançar, as pessoas se convenciam dos direitos que tinham e do tratamento que estavam tendo, o quanto estavam sendo usadas sempre, por vários setores. O povo era citado quando era pra ampliar, né, os interesses dos maiores, quando era pra melhorar o direito dos mais pequenos aí não, não tinham direito, né (dados de entrevista, militante do MAB, 40 anos).

Mesmo depois da ocorrência dos primeiros atos públicos do MAB, no Ceará, em 2002, envolvendo aproximadamente 500 participantes em Fortaleza, percebe-se como era difícil à mesa tradicional aceitar o movimento como uma entidade de direito. Ocorreram situações em que membros do MAB foram pressionados publicamente por representantes do Estado a não se identificarem como movimento social. Abaixo, um fragmento da fala de um representante do Estado, responsável pela mediação no Grupo Multiparticipativo, quando um integrante do MAB exigia tomadas de posição oficiais quanto à viabilização de recursos para construção das casas dos reassentamentos rurais. Reivindicava-se o deslocamento da população para os reassentamentos antes da construção da parede da barragem e a disponibilização de pelo menos dois salários mínimos para cada família manter-se até poder produzir dentro dos projetos econômicos previstos pelo Estado, pauta anteriormente discutida pelo MAB com o Ministério da Integração Nacional:

O Dnocs e nem instituição nenhuma vai fazer um documento explicando para o Movimento isto. O Dnocs e o Governo do Estado vêm explicar dentro da reunião, para a população de Jaguaribara o que está fazendo. Por que

tem que fazer um documento para o Movimento? É por aí Valdo que a coisa não se pode pôr e, principalmente, num momento em que se discute. Sei, mas nós estamos analisando e o que a gente trouxe, o que a gente criou de critérios para isso, nós vamos levar para a população, nós vamos discutir com a população diretamente impactada, não vamos discutir com o MAB, com o MST, vamos discutir com a população e vocês do Movimento vão estar presentes, enquanto população. [...] E leva isso para uma pessoa lá [no Dnocs], eu estava presente na reunião que vocês estiveram lá, que estava o Diretor Geral do Dnocs, que estava o André, que estava o Secretário de Recursos Hídricos, a gente ouviu vocês, não foi preciso nada, nós recebemos vocês e tudo, muito bem. E aqui todo mês a gente está nessa discussão, mas isso é só uma colocação, as pessoas vão responder aquilo que for possível dentro das colocações que você fez. O próximo é o vereador Matusalém (ATA 77^a, set. 2002, declaração de Francisco Pardaillan).

¹² Um dos cronogramas do EIA/RIMA da barragem do Castanhão estabeleceu uma série de prazos para execução dos três perímetros de irrigação previstos. No caso do perímetro Jaguaribara/Castanhão descreve-se: início de construção em 1996; prazo de construção de dois anos; início de operação, em 1998; ritmo de implementação de 3.333ha/ano; final de implementação, em 2000; e enfim, o ano para estabilização dos benefícios, em 2003. Os outros perímetros seriam os de Jaguaruana/Aracati e Transição Sul Morada Nova, respectivamente os anos de estabilização, em 2003 e 2005. Ainda consta que deveriam ser investidos nesses perímetros cerca de U\$100.800.000,00 (DNOCS, SIRAC, 1990, p. 6.20 e 6.32). Todavia, em setembro de 2006 ainda não existe projeto irrigado em funcionamento.

Pelo fato da população não mais acreditar nas infundáveis promessas das entidades governamentais que se faziam presentes no Grupo Multiparticipativo e pela incapacidade deste de encaminhar demandas de modo favorável à maioria, o grupo gradualmente foi-se encerrando. A chegada das águas deixou ainda mais patente que o cumprimento dos cronogramas programados desde os primeiros documentos da barragem do Castanhão¹² para execução dos projetos sociais das comunidades atingidas não haviam sido priorizados pelo Estado, e muitas famílias ficaram sem ter onde morar, com suas casas submersas, a exemplo do que ocorreu com a comunidade Alagamar:

Chegou um período, com a obra da barragem feita, e nós tinha advertido que isso poderia acontecer. E aí o que ocorreu? A barragem veio e encheu, as pessoas ainda estavam aqui aguardando que as casas fossem definidas e construídas. E aí foi esse o caminho, não tinha outro, né, a água já estava botando pra fora, não tinha outro caminho, né. Mas a gente podia estar com as nossas casas prontas há muito tempo, nas casas definitivas (dados de entrevista, militante do MAB).

Ainda assim, os técnicos do Dnocs usavam de subterfúgios desculpando-se, na mídia, de que o enchimento do Castanhão somente atingiria a cota 100 m, em 2007, apesar de um documento do próprio órgão afirmar a previsão do enchimento

do reservatório em fevereiro de 2004.¹³ Assim, reitera-se as observações de McCully (2004) de que quando os donos das barragens se vêem na necessidade de explicar algum mau andamento em seus planejamentos diante de uma inundação “imprevista”, logo recorrem, a título de isenção de culpabilidade, ao pretexto da vontade de Deus sobre os fenômenos climáticos.

Para efetivar reivindicações, a população atingida do Castanhão lida não somente com o Dnocs mas também com uma infinidade de instituições do governo estadual do Ceará, caracterizadas por uma complexidade de identificação sobre a quem compete cada tipo de atividade, de modo geral, gerando uma dificuldade concreta para lideranças e até funcionários públicos.¹⁴ Além disso, agrava o acompanhamento das atividades reivindicadas a constante mobilidade na qual uma ordem de responsabilidade transfere-se de um órgão para outro, além de freqüentes mudanças de diretorias nas entidades que paralisam ações antes definidas.¹⁵

Manifestações do MAB no Ceará

A seguir, a descrição dos eventos públicos agenciados pelo MAB serão subdivididos em blocos iniciados por letras, de acordo com a cronologia dos acontecimentos políticos.

A) Em março de 2002, um ato público contra o BID e o Dnocs representou a primeira manifestação de maior visibilidade midiática relativa aos problemas das populações atingidas do Castanhão. Por ocasião da 43^a Assembléia Anual de Governadores do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), em Fortaleza, o MAB do Ceará protestou contra o banco, denunciando que este, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Comércio e o Fundo Monetário Internacional representam interesses do grande capital e suas atuações no Brasil têm destruído os modos de vida, valores, culturas e meio ambiente das populações locais.¹⁶

Os manifestantes entregaram a *Carta Águas para a Vida. Não para a morte!* encaminhada ao diretor geral do Dnocs. A carta chama atenção para os problemas sociais e ambientais causados pelo empreendimento Castanhão, responsabilizando-o pelo deslocamento forçado de quatro mil famílias e a indução para que muitas outras optassem por um reassentamento de sequeiro e, ainda, que várias famílias foram injustamente privadas do direito de reassentamento. O documento exigia que todos os moradores da área rural fossem reassentados em áreas com infra-estrutura de irrigação, providências

¹³ Em Dnocs 2002, um relatório do órgão público, explica-se porque a verba para conclusão da parede da barragem deveria ser rapidamente viabilizada, pois havia grande risco, com as chegadas das águas previstas para início de 2004, de a parede não se sustentar e provocar desastres irreparáveis para população à jusante do reservatório.

¹⁴ A barragem do Castanhão demandou enorme atenção dos órgãos estaduais que passavam por um período caracterizado por estruturas já comprometidas com tarefas sobrecarregadas já que muitos funcionários tentavam se habituar com mudanças tecnológicas introduzidas com o uso de computadores e com o Sistema Global de Posicionamento (GPS) para trabalho de campo. Lidar com a situação de uma barragem nas proporções do Castanhão era um desafio novo para eles: “O Castanhão foi um grande erro do governo federal e estadual, paralisou o trabalho de diversos órgãos que, sem drásticas mudanças nas suas estruturas, nunca dariam conta do recado e foi o que ocorreu. Muitos funcionários têm resistência em lidar com trabalhos do Castanhão, por muitos anos de entaves, e é o MAB na pressão política que dinamiza internamente as ações nos órgãos, não

deixando cair no esquecimento os compromissos firmados” (dados de entrevista, funcionário do Idace, 31 anos).

¹⁵ Para se ter uma idéia da complexidade referida, apresento, a seguir, dados retirados do quadro Matriz Institucional (atividade/órgão responsável), elaborado pelo Dnocs e Plena (2002): desapropriação (SRH); titulação (SRH); seleção das famílias (Seagri); capacitação dos produtores (Seagri); organização dos produtores (Seagri); infraestrutura hídrica de uso comum (SRH); infraestrutura elétrica de uso comum (SRH); projeto de exploração (Modelo Caminhos de Israel) (Seagri); projeto do núcleo habitacional (120 casas e 1 escola) (Idace); implantação do núcleo habitacional (Dert); construção das 4 casas dos técnicos (Seagri); projeto da sede de administração (Seagri); construção da sede da administração (Seagri); projeto da unidade de seleção e embalagens de produtos (Seagri) construção da unidade de seleção e embalagem de produtos (Seagri); desmatamento (SRH); transferência das famílias (Idace); programa emergencial de sustentação (Setas); negociação e contratação de crédito (Seagri); assistência técnica (Seagri); licença ambiental (Seagri) e implantação do Projeto (Seagri).

com relação às condições sub-humanas de diversas comunidades atingidas submetidas à fome, à inexistência de água potável em uma situação que faz a população recorrer à água de carros-pipa ou ao próprio lago poluído.

Da manifestação participaram aproximadamente 200 atingidos, apresentando de forma geral à sociedade uma realidade social diferente da convencionalmente mostrada pela grande mídia e do enfoque propagandístico do Estado. A partir desse ato, pela primeira vez, representantes do MAB do Ceará foram recebidos pelo Ministério da Integração Nacional, cujo ministro à época era Ney Suassuna. Apesar da negociação não ter representado avanços efetivos, o movimento considera a manifestação como um marco político importante na mobilização da população atingida pelo Castanhão. Houve a compreensão de que a ocupação de um prédio público, de forma organizada e com intencionalidade, é um modo legítimo de exigir direitos:

Nós fizemos uma atividade no mês de março em Fortaleza. Então feito isso, nós encontramos mil e uma dificuldades. Primeiro, o policiamento na barreira que não deixavam os trabalhadores cruzarem, mas fomos à Fortaleza, nos mobilizamos educadamente, chegamos a ser recebidos pelo governo federal, através do diretor geral do Dnocs. A nossa pauta de reivindicação naquele momento tinha treze pontos de cobrança. Nós colocamos comissão compostas por MST, CPT, paróquia local e outros companheiros do MAB aqui do Castanhão e de outros estados. (vídeo Três Dias de Ocupação na BR-116, 2004, militante do MAB, transcrição nossa)

B) Em junho de 2003, por dois dias, o canteiro de obras da barragem do Castanhão foi ocupado e paralisado. Em média, 400 pessoas organizaram-se para reivindicar infra-estrutura para projetos de produção econômica envolvendo 708 famílias, e que outras 800 famílias fossem urgentemente relocadas antes do enchimento do reservatório. Reivindicavam o reconhecimento de dezenas de famílias excluídas do cadastramento oficial. Discutiam que era necessário considerar as famílias constituídas, pelo menos até a data do enchimento do reservatório, uma vez que o número de famílias aumentaria em razão do próprio dinamismo social das comunidades, o que de fato gerou um excedente de famílias acima do cadastrado no Castanhão como um todo. Mais tarde, o Estado comprometeu-se em incluir no cadastro as famílias constituídas até maio de 2004.

C) Em março de 2004, ocuparam a BR-116 cerca de 600 pessoas, em frente ao reassentamento Sossego/Contendas, no município de Jaguaribara. Mais uma vez, denunciaram que famílias passavam fome; exigiam a fixação de datas para entrega dos projetos econômicos e a presença no local do diretor geral do Dnocs, que enviara outros funcionários para negociação, a contragosto dos militantes. No momento, também reforçaram a necessidade do reconhecimento pelo Estado da existência de famílias atingidas não cadastradas para serem reassentadas e uma compensação de dois salários mínimos para cada família:

Nós queremos dois salários mínimos para cada família poder sustentar os seus filhos, comprar os alimentos, comprar os remédios até nós estarmos produzindo. Nós não queremos viver de dívida, vendendo tudo que temos para sobreviver, e nós não queremos viver de esmola. Nós queremos o cadastro das famílias que estão excluídas dentro do complexo Castanhão. Aqui nesse reassentamento tem várias famílias que não estão sendo reconhecidas pelo governo. Elas não têm área para produzir, moram emprestado com parentes. Isso tem em todos os reassentamentos. Tem no Alagamar, no Mandacaru, na Caroba, Lindeza, Santa Bárbara, no Alegre, Campina Alegre, Alto Santo... (vídeo Três Dias de Ocupação na BR-116, 2004, militante do MAB, transcrição nossa).

D) No dia 30 de setembro de 2004, houve uma reunião no Dnocs¹⁷ com a presença de sessenta militantes do movimento, atuantes em áreas rurais do contexto Castanhão, para discutir o Plano Produtivo, um orçamento indicado de R\$5.370.000,00 para investir nos reassentamentos já constituídos da região, tanto em ações temporárias (para garantir os meios produtivos enquanto os projetos não funcionavam) quanto de caráter permanente. Esse recurso financeiro surgiu como resultado de reivindicações do MAB junto à Casa Civil da Presidência da República, ocasião em que se acordou que esse plano fosse gerido de forma participativa com atingidos, Dnocs e secretarias governamentais envolvidas no empreendimento barrageiro.

Na oportunidade, foram expostas dúvidas sobre propostas do governo a respeito de alguns modelos de produção com intervenção de *empresas-âncora* para implantação das culturas agrícolas e suas comercializações, assim como em relação aos empréstimos financeiros para equipamentos de irrigação junto ao

¹⁶ O projeto Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a Corporação Andina de Fomento (CAF) apóiam financeiramente projetos hidrelétricos, aeroportos, estradas, canais, linhas de trem. Só na Amazônia, financiam-se a construção de 10 hidrelétricas, 14 portos, 8 mil km de estradas, 2 mil km de linhas de trem, 3 canais, 4 aeroportos e 2 gasodutos. No Brasil, 363 projetos do setor elétrico são financiados pelo BNDES (TRIERVEILER et al., 2004).

¹⁷ Aqui não se trata exatamente de um ato público mas de uma reunião formal com o Estado, incluída neste conjunto de manifestações por representar, de alguma forma, um momento em que a comunidade também oportunizou para reiterar pontos de protesto.

Banco do Nordeste do Brasil. Os militantes questionavam a possibilidade desses empreendimentos comprometerem seriamente os pequenos agricultores com endividamento (CASA CIVIL, DNOCS, MAB, nov. 2004).

Sobre o Projeto Novo Alagamar, foram discutidas providências necessárias para a instalação elétrica do setor de irrigação e área de moradia do reassentamento. A Seagri informou que as providências estavam sendo tomadas, que logo após a liberação do recurso que ocorreria, dentro de 15 dias, “estimava que o problema estaria todo resolvido”. A respeito da estrada ligando o Alagamar à sede do município de Jaguaratama, o governo informou que o projeto executivo estava sendo licitado e que o pagamento seria feito “com recursos deste orçamento alocado para os projetos produtivos. Ainda foi sugerido parceria com o Dert, onde essa verba ficaria para outras ações específicas do projeto produtivo” (CASA CIVIL/DNOCS/MAB, nov. 2004, p. 1-2). Em setembro de 2006, os mesmos problemas ainda permaneciam.

E) Em março de 2005, realizou-se um ato público na cidade de Nova Jaguaribara, precedido de uma marcha de 5 km, com participação de 500 pessoas. A pauta de cobrança geral exigia: a liberação da verba negociada (R\$5.370.000,00), em 2004, pelo MAB junto à Casa Civil; o desenvolvimento das atividades temporárias e de caráter permanente nos projetos de sequeiro e irrigação; urgência na liberação dos recursos do Dnocs, do orçamento de 2005 para o Castanhão; elaboração de um plano de ação para amenizar os efeitos da seca na área de abrangência do Castanhão. A pauta específica do Novo Alagamar incluía: liberação urgente dos recursos para a conclusão das 134 casas; construção de equipamentos públicos (posto policial, creche, centro social, igreja, quadra poliesportiva); instalação de telefone público; pavimentação e drenagem da área residencial.

F) Em outubro de 2005, o Dnocs foi novamente ocupado. Foram acordadas propostas específicas e gerais para todos os reassentamentos rurais.¹⁸ Alguns dos acordos gerais assim estabelecem: o Dnocs ficou de apressar a construção dos prédios que faltam nos diversos reassentamentos (escola, praça, posto de saúde, igreja e ainda obras de uso comum dos Projetos Produtivos); sobre as construções dos novos reassentamentos, concordou em convini-los diretamente com as associações de moradores de cada localidade; a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) reafirmou que algumas despesas não foram previstas pelo Estado no projeto de construção comunitária do Novo Alagamar, razão pela qual houve falta de recursos

¹⁸ O cronograma da manifestação foi o seguinte: às 10h, ocorreu uma marcha em fila dupla ocupando uma das avenidas mais movimentadas de Fortaleza, a Duque de Caxias. Às 10h30min, o prédio do Dnocs foi ocupado, exigindo-se presença de representantes governamentais do contexto Castanhão. Às 12h30min, iniciaram-se as negociações com diversos representantes dos reassentamentos rurais do Castanhão e representantes governamentais, diretores ou superintendentes – Dnocs, Inera, Seagri, Idace, SDLR, SAS. Às 18h, os militantes desocuparam o Dnocs.

para pagar os gerenciamentos dos atingidos, despesas com combustível e água nas construções, dentre outros itens, e que esses entraves já haviam sido avaliados e resolvidos para novos projetos, além do pagamento de um salário maior para os trabalhadores; o Dnocs comprometeu-se em desenvolver estruturas nos reassentamentos específicas para fornecimento adequado de água tratada e ressaltou que este era um compromisso prioritário para o ano de 2005.

Algumas das resoluções referem-se ao reassentamento Novo Alagamar: efetivação de energia e água encanada até o dia 15 de novembro de 2005, com o compromisso de enquanto isso se adotar uma alternativa de fornecimento de energia à comunidade, inclusive, para que a escola voltasse a funcionar; novembro de 2005 foi o prazo declarado pelo Dnocs para que houvesse também água no canal de irrigação do Novo Alagamar; o Idace se comprometeu a cadastrar seis famílias para adquirirem casas, ainda a construir no reassentamento e a Seagri comunicou que o projeto produtivo do Novo Alagamar já estava pronto para ser negociado com o BNDES, e seria passado à comunidade naquela semana.

G) A marcha *Água e energia para a soberania do povo brasileiro* foi iniciada no dia 20 de julho de 2006. Mais de 400 atingidos por barragens do estado do Ceará realizaram o percurso de 100 km realizando diversas assembléias em Baturité, Aracoiba e Redenção até chegar em Fortaleza. O protesto foi uma atividade conjunta com o MAB nacional na jornada de lutas pela redução do preço da energia que ocorreu em diversos outros estados brasileiros. As principais reivindicações foram: nenhum ônus para os que consomem até 100 kw de energia (em geral, a população de baixa renda); igualdade de preço do kw pago pelas indústrias e pela população, e o cumprimento imediato da decisão judicial que dá direito à tarifa social (desconto de 65% na conta de luz) para aqueles que consumirem até 200 kwh/mês. Na marcha, estavam presentes também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Conselhos Populares (MCP) de Fortaleza. Diversas assembléias foram realizadas com populações rurais e urbanas, com a finalidade de discutir preço da energia, privatizações no setor elétrico, utilização dos recursos hídricos e os impactos das construções de barragens.

A luta do MAB, no Ceará, para se tornar um agente reconhecido politicamente, vem esbarrando no encontro com agendas recorrentes de demandas sociais dos atingidos e os mesmos tópicos do seu primeiro evento aqui descrito repetem-

se nas demais manifestações, sem que isto deixe de produzir, no jogo das negociações com o Estado, avanços concretos nas bases dos reassentamentos rurais que cada vez mais organizam-se para resolver seus problemas. Como nota final deste artigo, indica-se a necessidade de um trabalho de investigação mais pormenorizado sobre como as atividades e reflexões coletivas realizadas pelo MAB estão engendrando benefícios sociais para os atingidos e para a esfera pública.

Key-words:
Castanhão,
Movement of the
Ones Affected by
Dams (MAB),
Transposition.

ABSTRACT: This article approaches the social problems generated by the construction of the Castanhão Dam, the political speeches that legitimated it as part of a larger local or national project, and the emergency of the Movement of the Ones Affected by Dams (MAB) in the area affected by the damming in the state of Ceará.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; AB'SÁBER, Aziz Nacib (Org.). **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e Alemanha**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 27-49.

ANDRIOLI, Jaison Joceli José. **A luta do Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Chopin: contribuições para o processo de formação dos sujeitos do campo**. Monografia do Curso Pedagogia da Terra. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2004.

ARAÚJO, Christianne Evaristo. **O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2006.

BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. **A face oculta da barragem do Castanhão. Em defesa da engenharia nacional**. Fortaleza: Imopec, 1999.

CASA CIVIL, DNOCS, MAB. **Memória de reunião**. Jaguaribara: Dnocs, 04/11/2004.

CEARÁ. **Eixo de Integração Castanhão – RMF** (Resumo do projeto). Fortaleza; Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Progerirh). nov. 2003.

CEARÁ. Sexto Termo Aditivo ao Convênio PGE-50/2000, que entre si celebram o DNOCS e o Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2000.

COMPLEXO Industrial e Portuário do Pecém. **Boletim eletrônico do CIPP**. Ceará, s/d. Disponível em <<http://www.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>>. Acesso 12 jun. 2006.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil. Experiência do DNOCS em barragens da região semi-árida**. 2ª ed. Fortaleza: DNOCS, 1990.

DNOCS; (Relatores. HOLANDA, André Montenegro de; ARRUDA, Joaquim Manoel; BRITO, Francisco Pardallian Farias). **Empreendimento Castanhão**. Relatório Reservado (nov.). Fortaleza: DNOCS/SRH/Comissão de Supervisão e Acompanhamento (CSA), 2002.

DNOCS; SIRAC. **Relatório de Impacto Ambiental do açude público Castanhão**. Fortaleza: Dnocs, 1990.

FURTADO, Bernardino. Projeto de Ciro fracassa no Ceará. **Correio Braziliense**. 6 mar. 2005. Disponível em <<http://risf.ana.gov.br/detalhenoticias.asp>>. Acesso em: 29 ago. 2006.

GODIM, Linda. **Os governos das mudanças**. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 76-102.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões**. Brasília: Ipea, 2001.

IMOPEC. **Jaguaribara, resistindo e Vivendo. Dez anos de luta do Castanhão**. Fortaleza: Imopec, 1995.

MAB Ceará. **Três Dias de Ocupação da BR 116**. Jaguaribara, 2004. vídeo (2h).

MCCULLY, Patrick. **Ríos silenciados. Ecología y política de las grandes represas**. Santa Fe: Proteger, 2004.

MI; Ecology Brasil; Agrar; JP Meio Ambiente. **RIMA: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Jul. 2004.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: _____. **Uma nova História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 76-102.

PRESIDENTE Lula visita amanhã o Complexo do Castanhão. **Boletim eletrônico do Ministério da Integração Nacional**. Brasília, 05 jun. 2006. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=1750>> Acesso: 12 ago. 2006.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SEAGRI; SRH. **Estudos básicos e plano de aproveitamento hidroagrícola da mancha Alagamar, na área do açude Castanhão, nos municípios de Jaguaretama e Jaguaribara-CE**. (maio, 1998). Fortaleza: Seagri/SRH, 2004.

SILVEIRA, Edvanir Maia. **Naufração de uma cidade: História da resistência da população da cidade de Jaguaribara à sua submersão, pela construção da barragem Castanhão**. Dissertação de mestrado em História. Franca: UNESP, 2000.

TRIERVEILER, Marco Antônio; CERVINSKI, Gilberto; COSTA, Luiz Dalla; ZEN, Eduardo. SYDOW, Energy for the purpose of capitalism exploitation. In: Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa. **Human Rights in Brazil 2004: a report by the Social Network for Justice and Human Rights**. São Paulo: Social Network for Justice and Human Rights/Heinrich Böll Foundation, 2004. p. 79-86.